



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E
ENGENHARIA PARA O PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE
CELORICO DA BEIRA**

AJUSTE DIRETO

Processo n.º 2025/300.10.005/13

Procedimento GC 17/2025 - AD

CADERNO DE ENCARGOS

CENTRO 2030

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



**Cofinanciado pela
União Europeia**



Índice

I.	CLÁUSULAS GERAIS	3
1.	OBJETO.....	3
2.	CONTRATO	3
3.	INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS	4
4.	PARTES CONTRATANTES.....	4
5.	PRAZO DO CONTRATO	4
6.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO COCONTRATANTE	4
6.1.	OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE	4
6.2.	PRAZO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5
6.3.	ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR AO ABRIGO DO CONTRATO	6
6.4.	CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA	6
6.5.	TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE	6
6.6.	DEVER DE SIGILO	7
7.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO	7
7.1.	OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA	7
7.2.	PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL	7
7.3.	ADIANTAMENTO E DESCONTO NOS PAGAMENTOS	8
7.4.	FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
8.	SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
8.1.	SANÇÕES CONTRATUAIS	8
8.2.	RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	9
8.3.	FORÇA MAIOR.....	9
8.4.	RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	10
9.	CAUÇÃO E SEGUROS	11
9.1.	CAUÇÃO	11
9.2.	SEGUROS	11
10.	RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
10.1.	FORO COMPETENTE	11
11.	DISPOSIÇÕES FINAIS	11



11.1.	SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	11
11.2.	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	11
11.3.	CONTAGEM DOS PRAZOS.....	12
11.4.	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	12
11.5.	ALTERAÇÕES AO CONTRATO	12
11.6.	GESTOR DO CONTRATO	12
11.7.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
II.	CLÁUSULAS TÉCNICAS	13
	REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	13



I. CLÁUSULAS GERAIS

1. OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas gerais, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para o Pavilhão Gimnodesportivo do Município de Celorico da Beira, no âmbito do Aviso CENTRO 2030-2024-36 – Equipamentos Desportivos (IT).**

2. CONTRATO

2.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a. O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do Código;
- b. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d. O Caderno de Encargos (Cláusulas Jurídicas e Técnicas);
- e. A proposta adjudicada.
- f. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (se aplicável).

2.3. A execução do contrato obedece:

- a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b. Ao Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos - CCP), na sua redação atual e demais legislação aplicável.



3. INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 3.1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 2.2. prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
- 3.2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 2.2., e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros.

4. PARTES CONTRATANTES

- 4.1. As partes contratantes são:
 - a. O Município de Celorico da Beira, doravante designado por Município, enquanto Entidade Adjudicante/Contraente Público;
 - b. O Adjudicatário/Cocontratante.
- 4.2. Os contraentes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou por pessoas mandatadas para o efeito.

5. PRAZO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato inicia-se a contar da data da sua publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos do art.º 127.º do CCP, na sua atual redação e mantém-se em vigor até à finalização da prestação dos serviços ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 5.2. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual, dependendo do que ocorrer em primeiro lugar.

6. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO COCONTRATANTE

6.1. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. O cocontratante está obrigado a prestar os serviços identificados na sua proposta e objeto do contrato em conformidade com os termos, no mesmo, estabelecidos e no prazo fixado no presente Caderno de Encargos, de acordo com as especificações técnicas anexas ao mesmo.
2. O cocontratante fica ainda obrigado a fazer o acompanhamento Técnico especializado de assistência durante a prestação dos serviços.



3. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. O cocontratante será responsável pela boa execução da prestação dos serviços, devendo para o efeito cumprir as cláusulas técnicas descritas no presente caderno de encargos;
 - b. Cumprimento do prazo de prestação do serviço, tal como previsto nas peças procedimentais;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - d. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - e. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - f. Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - g. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, ou quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação.
4. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. O Prestador de serviços fica ainda sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

6.2. PRAZO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A prestação dos serviços terá a duração de **30 dias**, a contar da data da publicitação do contrato no portal dos contratos públicos, nos termos do art.º 127.º do CCP, na sua atual redação, com



todas as condições constantes nas especificações técnicas do Caderno de Encargos. As propostas que apresentarem prazo diferente serão excluídas.

2. Os serviços são prestados em regime de completa independência funcional e hierárquica.

6.3. ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR AO ABRIGO DO CONTRATO

1. O contraente público procede, através do acompanhamento do Gestor do Contrato, à verificação do cumprimento das especificações técnicas definidas nas peças patenteadas a concurso e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Gestor do Contrato a que se refere o n.º 1 comprovar a existência de desvios, discrepâncias com as especificações definidas nas peças patenteadas a concurso ou outras anomalias na execução do contrato, este pode determinar ao cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e de imediato, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das especificações exigidas.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo cocontratante, o Gestor de Contrato procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6.4. CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

Não aplicável.

6.5. TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

Verificada a conformidade dos elementos entregues pelo cocontratante com as exigências do caderno de encargos, e não sendo detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas peças patenteadas a concurso, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o contraente público, estando salvaguardados os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.



6.6. DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

7. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE/CONTRAENTE PÚBLICO

7.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

Constituem obrigações do Município de Celorico da Beira:

1. Promover o acesso e comunicabilidade necessários à boa execução do serviço;
2. Prestar, em tempo útil, os necessários esclarecimentos ao adjudicatário.

7.2. PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

1. O preço base global do procedimento é de **12 000,00€ (doze mil euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Celorico da Beira deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Durante a vigência do presente contrato não haverá lugar à revisão do preço contratualizado.
4. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.



7.3. ADIANTAMENTO E DESCONTO NOS PAGAMENTOS

Não aplicável.

7.4. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. No âmbito da execução de contratos públicos, o cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas, nos termos do art.º 299.º-B do CCP, na sua atual redação (se aplicável).
2. A fatura deverá indicar, de forma discriminada o valor correspondente à prestação do serviço, mencionando o n.º do processo e o n.º do compromisso.
1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Celorico da Beira quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através da respetiva emissão de cheque ou transferência bancária.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

8.1. SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao cocontratante, poderão ser aplicadas sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. 10% do valor contratado pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.



3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual nos termos e condições previstas no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Celorico da Beira exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

8.2. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Celorico da Beira pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
 - a. Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
 - b. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - c. Prestação de falsas declarações;
 - d. Quando se verificarem incumprimentos, ou seja, atraso na prestação dos serviços superior a 30 dias seguidos;
 - e. Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo cocontratante.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

8.3. FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva



- realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Constituem força maior, os seguintes acontecimentos: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

8.4. RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP, na sua atual redação.



9. CAUÇÃO E SEGUROS

9.1. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

9.2. SEGUROS

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos julgados adequados e convenientes, designadamente:
 - a. Responsabilidade civil, que cubra todos os danos e prejuízos causados durante a prestação dos serviços;
 - b. Seguro de acidentes de trabalho de todo o pessoal afeto à prestação de serviços;
 - c. Outros que sejam necessários pela respetiva lei regulamentadora.
2. O Município de Celorico da Beira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de dois dias.

10. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

10.1. FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

11.2. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP, na sua atual redação.



11.3. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos fixados nos documentos contratuais são contados nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e demais legislação aplicável e, supletivamente, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

11.4. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O contraente público e o cocontratante obrigam-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto.

11.5. ALTERAÇÕES AO CONTRATO

1. Para efeitos de qualquer alteração durante a execução do contrato, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida essa alteração.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as alterações ao contrato serão formalizadas por adenda escrita ao mesmo.
3. A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das principais prestações abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

11.6. GESTOR DO CONTRATO

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, é designado o Gestor do Contrato: Delfina Fonseca, com o email: delfina.fonseca@cm-celoricodabeira.pt, com a função de acompanhar a execução do contrato.

11.7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na celebração do contrato e, bem assim, em todo o omissivo no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.



II. CLÁSULAS TÉCNICAS

REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. O cocontratante obriga-se a cumprir os requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e proposta apresentada.
2. A prestação de serviços objeto do presente procedimento deverá cumprir com as seguintes especificações técnicas:

Elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para o Pavilhão Gimnodesportivo do Município de Celorico da Beira:

- Proposta de Piso modular a colocar sobre o piso atual;
- Projeto de Engenharia para as seguintes tipologias de intervenção:
 - Climatização dos balneários;
 - AQS – Águas Quentes Sanitárias;
 - Iluminação do Pavilhão;
 - UPAC – Unidade de Produção para Autoconsumo.
- Os projetos a apresentar serão constituídos pelos seguintes elementos:
 - Um exemplar em suporte digital;
 - Dois exemplares em formato de papel;
 - Peças desenhadas – formato DWG, DWF e PDF;
 - Peças escritas - formato PDF;
 - Matriz de quantidades no formato Excel;
 - Orçamento no formato Excel;
 - Caderno de Encargos - Condições Técnicas Especiais;
 - Plano de Segurança e Saúde em fase de Projeto – PSS;
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição – PPGRCD.